CAPÍTULO

6

CONTEXTO ECONÓMICO E DIRECÇÃO MACROECONÓMICA

Num período de tempo relativamente curto e tendo em conta a nossa longa história de colonização e ocupação, Timor-Leste tem progredido fortemente para avançar como uma nação segura e estável e para estabelecer as bases para a boa governação e instituições eficazes.

CAPÍTULO 6 CONTEXTO ECONÓMICO E DIRECÇÃO MACROECONÓMICA

> "Devemos gerir os nossos preciosos recursos para que as gerações futuras possam beneficiar deles."
>
> *Funcionário público, Sub-distrito de Nain Feto, Distrito de Dili, Consulta Nacional, 04 de Setembro 2010*

VISÃO GERAL

Num período de tempo relativamente curto, e tendo em conta a nossa longa história de colonização e ocupação, Timor-Leste tem progredido fortemente para avançar como uma Nação segura e estável e para estabelecer as bases da boa governação e instituições eficazes. Ao mesmo tempo que continuamos a construir a nossa jovem Nação, precisamos de garantir que o desenvolvimento e a estrutura da nossa economia permitem o avanço de Timor-Leste, como uma democracia estável, e que ao nosso povo sejam dadas todas as oportunidades para melhorar as suas vidas e o seu bem-estar, através da promoção de novas oportunidades de educação, emprego e de negócios.

Para providenciar empregos ao nosso povo e garantir que a nossa Nação beneficie do desenvolvimento da riqueza dos recursos naturais, temos de desenvolver uma economia de mercado próspera com um sector privado forte.

Também reconhecemos que não podemos depender exclusivamente das nossas reservas de petróleo e gás natural e que devemos diversificar a nossa economia.

Em particular, temos de expandir e modernizar o nosso sector agrícola, desenvolver um sector de turismo forte e encorajar níveis muito mais elevados de actividade do sector privado em todos os sectores industriais, nomeadamente o crescimento de pequenas e micro empresas.

A visão económica do Plano Estratégico de Desenvolvimento é a de que, em 2030, Timor-Leste fará parte do grupo de países de rendimento médio-superior, a pobreza extrema estará erradicada e estará estabelecida uma economia não petrolífera sustentável e diversificada.

Embora Timor-Leste tenha de enfrentar grandes desafios na reestruturação da economia, para alcançar a referida visão, temos muitos pontos fortes e vantagens, nomeadamente a força e determinação do nosso povo, receitas substanciais de petróleo e gás, recursos marinhos e outros recursos naturais ricos, bem como a nossa localização na região dinâmica do Este Asiático, que lidera muito do crescimento económico do mundo.

Temos também um ambiente natural intacto e uma cultura, herança e história únicas, os quais oferecem um potencial significativo ao desenvolvimento de um sector do turismo e de hotelaria, de nível superior.

No entanto, estes pontos fortes e vantagens estão actualmente encobertos pelas escassas infra-estruturas em todo o país (incluindo estradas, água e saneamento, energia e infra-estrutura de telecomunicações), obstáculos na indústria e comércio (incluindo a capacidade inadequada nos portos marítimos e aeroportos), falta de recursos humanos qualificados e formados e um sector privado subdesenvolvido (incluindo o sector financeiro). Para alcançar a nossa visão económica, estas barreiras e limitações ao desenvolvimento de Timor-Leste devem ser resolvidas.

Até agora, a estrutura da nossa economia tem sido fortemente influenciada pela necessidade urgente de reconstruir instituições públicas necessárias, melhorar a prestação e qualidade dos serviços públicos vitais, tais como a saúde e a educação, combater a pobreza generalizada e a má nutrição, providenciar as necessárias infra-estruturas básicas e de levar a cabo um processo de construção do Estado e da Paz. Estas necessidades têm tomado tempo e investimento de recursos consideráveis.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento reconhece que, ao mesmo tempo que, continuamos a desenvolver infra-estruturas produtivas e necessárias, para apoiar os nossos esforços para a construção da Nação, devemos também tomar medidas para reestruturar, modernizar e diversificar a nossa economia. Ao tomar essas medidas, não só asseguraremos o futuro económico de Timor-Leste, como também iremos gerar empregos e rendimentos para o nosso povo e lançar as bases para uma Nação progressista e estável.

A ECONOMIA DE TIMOR-LESTE

A economia de Timor-Leste é dominada pelo sector agrícola e pelo sector público, com níveis altos de pobreza em todo o país. Pequenas culturas de rendimento, tais como café, fornecem remuneração a algumas famílias rurais, mas a maioria das famílias utiliza a agricultura para consumo próprio. Insuficiência de infra-estruturas significa que é difícil ter acesso aos mercados, levando a uma falta de rendimento previsível para muitas famílias timorenses.

No entanto, Timor-Leste tem a sorte de ter recursos naturais ricos e uma indústria de petróleo e gás, que está em desenvolvimento. Os ganhos de petróleo e gás subiram de aproximadamente 175 milhões de dólares em 2004 para cerca de 2,28 mil milhões em 2008, tendo diminuído para cerca de 2,73 mil milhões em 2010 devido à diminuição do preço do petróleo. A partir de 2010, o Produto Interno Bruto (PIB) não-petrolífero de Timor-Leste foi de aproximadamente 610 dólares per capita, com um Rendimento Nacional Bruto (RNB) per capita de cerca de 2,560 dólares Prevê-se um aumento desta situação em 2011, se os preços do petróleo permanecerem em alta e se verifique um crescimento do PIB não-petrolífero.

Se o crescimento do nosso RNB for medido a preços constantes, o RNB total de Timor-Leste triplicou, desde 2004, ou cerca de 24% ao ano. O PIB não-petrolífero aumentou cerca de 1,5 vezes ou 7% por cento ao ano entre 2004 e 2010. Nesta perspectiva, Timor-Leste tem um RNB de país de rendimento médio, na ordem dos 2,560 dólares *per capita*, no entanto apresenta o padrão de vida de um país de baixo rendimento, com um PIB não-petrolífero *per capita* de 610. A principal razão para esta discrepância é que, até agora, a nossa riqueza em petróleo não tem sido investida na economia não-petrolífera, com apenas um quarto da receita anual petrolífera a ser investido na nossa economia, e o restante investido no nosso Fundo Petrolífero.

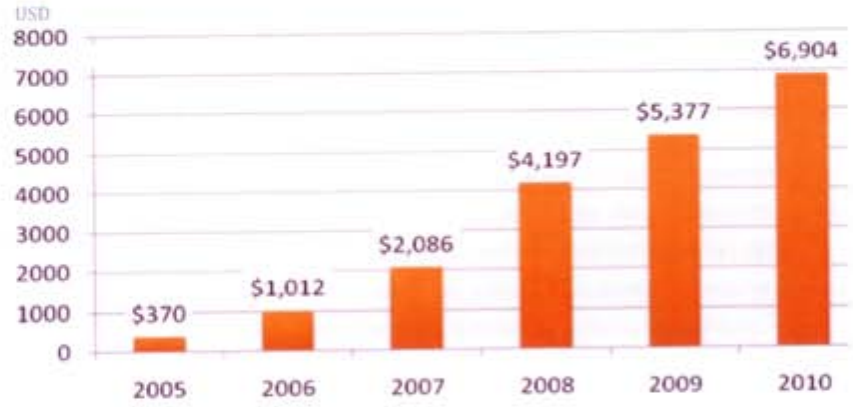
Rendimento Petrolífero

Timor-Leste é actualmente altamente dependente das receitas provenientes do petróleo e do gás natural, as quais constituem cerca de 90% das receitas totais do orçamento. As nossas receitas do petróleo têm vindo a crescer com regularidade, resultando no aumento do saldo do Fundo Petrolífero, que visa gerir esta receita para o benefício das gerações actuais e futuras (ver caixa de texto abaixo referente ao Fundo Petrolífero de Timor-Leste). A figura 24 mostra que o saldo do Fundo Petrolífero foi de 370 milhões de dólares no final de 2004 e atingiu 6,9 mil milhões de dólares no final de 2010.

1. Produto Interno Bruto (PIB) é o valor total de todos os bens e serviços produzidos num país durante um ano.

2. Rendimento Nacional Bruto (RNB) é composto do Produto Interno Bruto em conjunto com os rendimentos recebidos de outros países, menos os pagamentos feitos a outros países.

Figura 24 Saldo do Fundo Petrolífero



Fonte: Direcção Nacional do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças

Fundo Petrolífero de Timor-Leste

Muitas nações, ricas em recursos petrolíferos, enfrentam problemas económicos e sociais consideráveis, apesar do seu potencial para gerar riqueza significativa destes recursos. Para evitar que Timor-Leste enfrente os mesmos problemas, a nossa Constituição exige que os recursos petrolíferos sejam propriedade do Estado e usados de uma forma justa e igualitária, de acordo com os interesses nacionais, e que os rendimentos obtidos, a partir desses recursos, levem ao estabelecimento de reservas financeiras obrigatórias.

O Fundo Petrolífero de Timor-Leste foi criado, em 2005, de acordo com a Constituição e de forma a fornecer um mecanismo para assegurar que os nossos recursos, de petróleo e gás, são geridos com prudência para o benefício das gerações actuais e futuras.

O Fundo é um fundo de riqueza soberano, onde Timor-Leste deposita a receita, proveniente do rendimento do petróleo e gás da Nação. O Fundo providencia um meio para construir uma fonte consistente e estável de rendimento, que pode ser usado para construir a nossa Nação.

Todas as receitas do petróleo, incluindo royalties e impostos, são depositadas directamente no Fundo Petrolífero. Anualmente, o Parlamento Nacional retira dinheiro do Fundo para compensar as necessidades/carências do Orçamento do Estado e investir no desenvolvimento de Timor-Leste. Todos os anos é calculado o montante Rendimento Sustentável Estimado (ESI), que é o montante que Timor-Leste pode gastar do Fundo, sem esgotar o seu saldo a longo prazo.

O Governo define a gestão global e estratégia de investimento do Fundo, com um conselho consultivo independente a providenciar aconselhamento e assistência. O Fundo Petrolífero adoptou uma estratégia de investimento conservadora, que anteriormente consistia principalmente em investimentos em títulos do Tesouro dos Estados Unidos.

Esta estratégia provou ser muito eficaz durante a crise financeira global onde o Fundo preservou a sua riqueza e foi um dos Fundos Soberanos de Riqueza com melhor desempenho no mundo. A estratégia de investimento actual é adoptar um portfolio mais equilibrado e diversificado, incluindo uma variedade de títulos e acções internacionais, para assegurar a protecção da riqueza e permitir o crescimento.

O Fundo Petrolífero de Timor-Leste é um passo essencial para se assumir o controlo do nosso próprio futuro e tomar as nossas próprias decisões sobre a melhor maneira de gerir os nossos recursos naturais.

Crescimento Económico

Excluindo as receitas de petróleo e gás, a média de crescimento económico em Timor-Leste, de 2002 a 2010, foi de 5,6%. O crescimento ao longo deste período tem sido irregular e volátil e incluiu um crescimento negativo em 2006. Após o ano de 2007, as nossas taxas de crescimento aceleraram, em média, para valores de dois algarismos e temos experimentado um dos maiores crescimentos do mundo. As nossas taxas de crescimento económico, para o período de 2002 a 2010, encontram-se na figura 25.

Figura 25 PIB Não-petrolífero Real (Ano base de 2000), 2002 a 2010 (milhões de US$) e crescimento

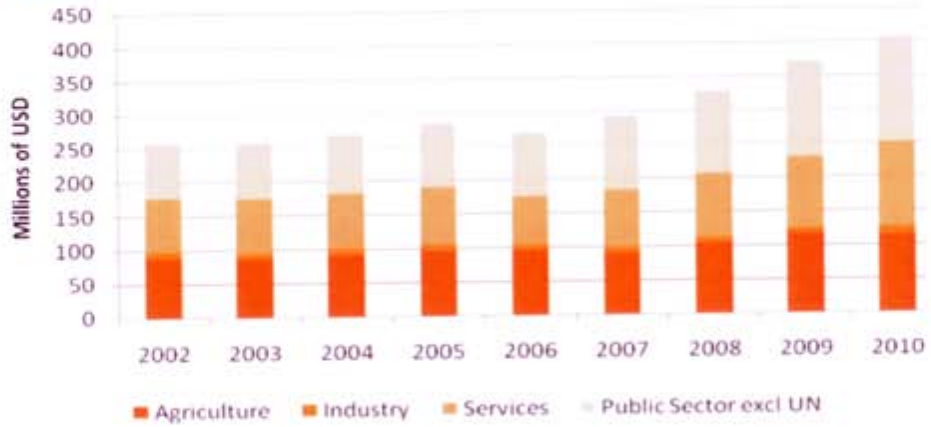
Fonte: Direcção Nacional de Macroeconomia, Ministério das Finanças, 2010

O crescimento da economia tem resultado do aumento das despesas do sector público, bem como o investimento e produção do sector privado, nomeadamente nos sectores da agricultura, construção e serviços.

Estrutura da economia

Tal como foi observado anteriormente, a economia de Timor-Leste é dominada pela agricultura e pelo sector público. Apesar de a agricultura ter sido o maior sector no início do ano 2000, actualmente já foi ultrapassada pelo sector público. Isto aconteceu devido ao crescimento relativamente lento do sector agrícola, com uma média em torno dos 5% ao ano desde 2002, em comparação com um crescimento médio anual de 11% no sector público. O crescimento do sector público resulta da necessidade de Timor-Leste criar um funcionalismo público - e os serviços públicos e comunitários – de base. Durante o mesmo período, o sector dos serviços cresceu a uma taxa anual de 5,8%. A estrutura e o crescimento da economia de Timor-Leste podem ser vistos na figura 26.

Figura 26 **PIB Não-petrolífero Real por sector a preços de 2000, 2002 a 2010 (milhões de US$)**



Fonte: Direcção Nacional de Macroeconomia, Ministério das Finanças, 2011 [Nota: os dados de 2010 são preliminares]

A estrutura da economia tem sido fortemente influenciada pela tradicional dependência de Timor-Leste da agricultura e pela aposta da política fiscal na construção da Nação, e em estabelecer a segurança e estabilidade em todo o país. O quadro fiscal do Governo foi definido tomando em consideração os objectivos e prioridades da política pública.

Tem sido adoptada uma política fiscal alargada para tratar de questões urgentes enfrentadas por Timor-Leste, incluindo o estabelecimento e extensão dos serviços centrais do Governo, a restauração e a construção de infra-estruturas básicas necessárias para a melhoria da saúde e bem-estar do nosso povo. Investimos também em actividades para promover o sector privado e o desenvolvimento nacional no sentido de criar uma Função Pública profissional e restaurar a confiança nos nossos sistemas e instituições públicas.

Esta abordagem considerada e deliberada sobre política fiscal, tem sido essencial para o país conseguir atingir a estabilidade e construir uma base para o futuro desenvolvimento social e económico. Esta abordagem irá continuar enquanto Timor-Leste desenvolve as infra-estruturas produtivas e básicas, que nos permitirá construir a nossa Nação, abordar os desafios e prioridades nacionais. Esta abordagem permitirá também que a Nação trabalhe no sentido do cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. O resultado da nossa política fiscal alargada sobre a estrutura da economia encontra-se na figura 27.

Figura 27 **PIB Não-petrolífero Real por sector a preços de 2000, 2002 a 2010 (percentagem)**

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Sector Publico excl. a UN	32	32	33	34	35	38	38	38	39
Serviços	31	31	31	30	27	29	29	28	31
Industria	4	4	3	3	3	3	3	3	3
Agricultura	33	33	33	33	35	31	31	31	28

Fonte: Direcção Nacional de Macroeconomia, Ministério das Finanças, 2011. [Nota: os dados de 2010 são preliminares]

Apesar do alargamento da nossa Função Pública, levado a cabo com o objectivo de providenciar serviços e apoio à governação, ter sido essencial para o nosso desenvolvimento, esse crescimento é insustentável a longo prazo. O Plano Estratégico de Desenvolvimento inclui uma série de estratégias e acções, que garantem que a estrutura da economia se altera a longo prazo, incluindo a promoção de níveis mais elevados de actividade do sector privado e a atracção de novas empresas para Timor-Leste (ver Capítulo 4).

Inflação

A economia de Timor-Leste tem tido taxas de inflação e de crescimento voláteis, reflectidas nos níveis de procura, capacidade de oferta e o valor relativo do dólar norte-americano. Um factor em particular, que explica o contraste entre as taxas de inflação de 2008 e 2009, é o preço internacional dos alimentos. A crise internacional de 2008, sobre os preços dos alimentos, causou um pico na inflação e ilustrou a vulnerabilidade da nossa economia às condições externas. Isto também está reflectido no aumento substancial dos preços dos alimentos, vestuário e calçado, em 2010.

Figura 28 Taxa de Inflação em Timor-Leste, Taxas Mensais

Fonte: Direcção Nacional de Estatística, Ministério das Finanças, 2011.

Timor-Leste tem tido grande sucesso em manter a inflação sob controlo, a manutenção desta situação será um desafio para as políticas no futuro, à medida que a economia e a procura se expandem e a volatilidade dos preços das mercadorias e dos alimentos se mantém nos mercados internacionais. Para enfrentar este desafio, será importante centrar as nossas despesas de capital e correntes em infra-estruturas produtivas e no desenvolvimento de recursos humanos, para aumentar a capacidade de oferta e reduzir os obstáculos na indústria e comércio.

Posição Geográfica

Timor-Leste tem a sorte de ser parte da crescente região do Este Asiático, que lidera muito do crescimento mundial. Nós também desfrutamos de fortes laços económicos com algumas das grandes economias emergentes mundiais, incluindo a China e a Indonésia.

Timor-Leste pretende aderir à Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). Com cerca de 600 milhões de pessoas e um PIB de aproximadamente 2 biliões, a ASEAN fornece um grande potencial de mercado para Timor-Leste. Com movimentos a serem realizados, no sentido de instituir a Comunidade Económica da ASEAN em 2015, outras oportunidades económicas tornar-se-iam disponíveis para Timor-Leste como membro desta organização regional.

Figura 29 **Timor-Leste na região do Este Asiático**

Fonte: PNUD

OLHANDO PARA O FUTURO

O nosso objectivo é que Timor-Leste se torne um país de rendimento médio-alto em 2030, reduzindo as diferenças com países vizinhos como a Indonésia, Tailândia e Malásia.

O Banco Mundial enumera quatro categorias para caracterizar a posição económica dos países:

- Países de baixo rendimento com um PIB per capita de menos de 996 dólares americados.
- Países de rendimento médio baixo com um PIB per capita entre 996 e 3,945 dólares americanos.
- Países de rendimento médio alto com um PIB per capita entre 3,946 e 12,195 dólares americanos.
- Países de rendimento alto com um PIB per capita de mais de 12,195 dólares americanos.

Conduzir Timor-Leste para o grupo dos países de rendimento médio superior dentro de 20 anos vai exigir um aumento substancial no nosso PIB *per capita*. Atingir esse aumento, em 2030, vai exigir:

- Grande investimento público e privado em infra-estruturas básicas e produtivas, formando a base de uma economia de mercado forte e crescente, atraindo investidores nacionais e internacionais e apoiando as empresas locais de sucesso.
- Reforma e desenvolvimento do sector da agricultura, levando à substituição da agricultura de subsistência por uma agricultura comercial para pequenos proprietários.

- Auto-suficiência alimentar, com um mercado de exportação próspero numa gama de produtos agrícolas, incluindo alimentos básicos, pecuária, frutas e legumes e outras culturas de rendimento, produtos florestais e pesca.
- Uma base industrial considerável, apoiada no sector do petróleo, incluindo a produção de petróleo e gás e as indústrias downstream como a petroquímica.
- Um número crescente de pequenas indústrias, tais como processamento de alimentos, indústria de confecção, artesanato, artigos culturais e fabrico de móveis.
- Uma indústria de turismo e hotelaria forte e próspera composta por infra-estruturas melhoradas, empresas de turismo locais e mão de obra local especializada.
- Um sector de serviços alargado que proporcione emprego na área da saúde, educação, comércio, entretenimento e administração pública.
- Penetração da internet de banda larga e da mais recente tecnologia de telecomunicações, suportando e apoiando uma sociedade mais conectada e inovadora.
- Um número elevado de pequenas e micro empresas sustentáveis em sectores industriais em crescimento tais como o turismo, fabrico em pequena escala e culturas de rendimento de alto valor.
- A expansão de um sector financeiro que providencie capital para crescimento.
- Uma mão-de-obra mais instruída e qualificada, apoiando uma economia mais diversificada e dando ao povo timorense mais oportunidades de aumentar o seu rendimento e melhorar as suas vidas e o seu bem-estar.

Atingir estes resultados são algumas das metas primárias to Plano Estratégico de Desenvolvimento.

À medida que estas mudanças ocorrem, a urbanização vai aumentar e um maior número da nossa população viverá em, ou perto de, centros urbanos, o que permitirá o acesso a serviços de educação de alta qualidade, a cuidados de saúde, a infra-estruturas e a serviços públicos. Isto irá conduzir a melhorias na saúde e bem-estar do nosso povo e promover o acesso a oportunidades de participação no crescimento económico de Timor-Leste.

Como parte da nossa meta de nos tornarmos um país de rendimento médio-alto, em 2030, temos também como objectivo erradicar a pobreza extrema. Como muitos dos timorenses extremamente pobres vivem em áreas rurais, as estratégias e acções que temos para expandir e modernizar o nosso sector agrícola e apoiar o desenvolvimento económico rural será fundamental para retirar as pessoas da pobreza.

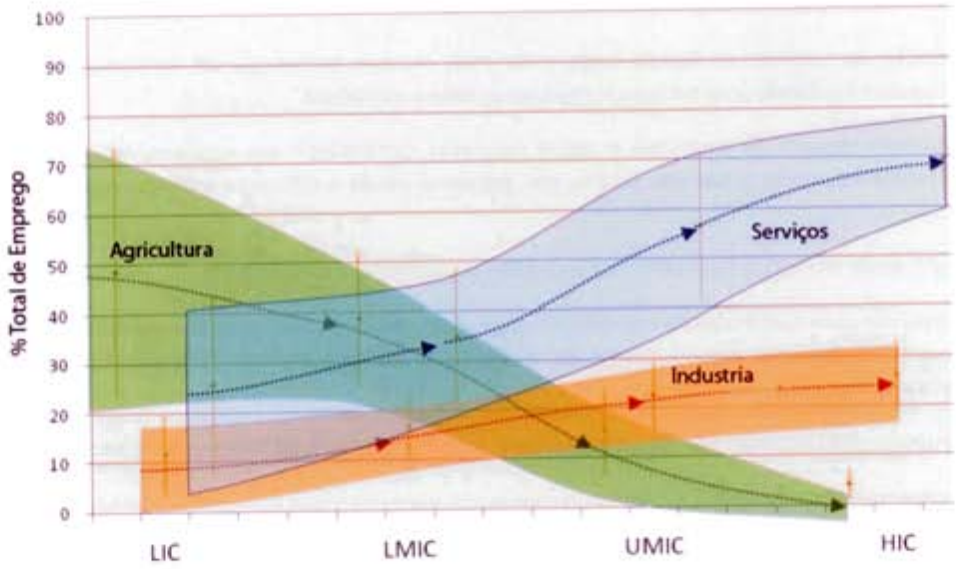
Reestruturar a Economia

Para alcançar a nossa visão económica, teremos de transformar a estrutura da economia de Timor-Leste - afastando-nos da tendência de sobrecarregar a agricultura e o sector público, e dirigirmo-nos em direcção a um sector privado em crescimento, indústrias estabelecidas e um sector de serviços em expansão. Também será necessário um sector agrícola mais eficiente.

As estratégias económicas e acções no Plano Estratégico de Desenvolvimento são desenhadas para provocar essa mudança estrutural. Isto inclui acções para desenvolver os nossos recursos humanos através da educação e formação, fornecer capital ao sector privado através de um Banco Nacional de Desenvolvimento e iniciativas do sector financeiro, melhorar o ambiente empresarial através de reformas legislativas e focar no desenvolvimento de indústrias estratégicas do sector privado. Juntamente com o desenvolvimento de infra-estruturas básicas e produtivas para fornecer uma base para o crescimento, o Plano Estratégico de Desenvolvimento irá precipitar uma reestruturação sustentada da economia de Timor-Leste.

Esta transformação resultará numa mudança na procura de trabalho e de qualificações, e alterações nos padrões de emprego. A isto seguir-se-á uma mudança no emprego sectorial, de uma economia baseada na agricultura para a uma economia baseada na indústria e serviços, tal como indicado na figura 30. O Fundo do Desenvolvimento do Capital Humano (ver Capitulo 2 - Educação e Formação) foi estabelecido para responder a essas mudanças evolutivas da procura de trabalho, que seguirão a mudança da estrutura da nossa economia. A experiência internacional tem demonstrado que, à medida que os países passam do estatuto de rendimento baixo para o de rendimento médio, há um declínio gradual no emprego agrícola e uma subida na procura de trabalho nos sectores da indústria e serviços.

Figura 30 Deslocação do Emprego por sector, de um país de rendimento baixo para um país de rendimento maior



Fonte: Modelo Construido para o Plano Estratégico de Desenvolvimento

No entanto, Timor-Leste é predominantemente agrícola e o nosso foco politico deve ser primeiro desenvolver a eficiência e a produtividade deste sector. O desenvolvimento de indústrias, neste sector, será um importante primeiro passo para a industrialização, para alcançar a condição de rendimento médio-alto, o que vai exigir tanto um aumento da produção agrícola como do desenvolvimento de um sector industrial.

Como referido anteriormente, enquanto os níveis actuais de despesa pública forem os impulsionadores primários da economia - e necessários para construir uma base para o desenvolvimento social e económico - os mesmos não são sustentáveis a longo prazo. Ao longo do tempo, as despesas e a formação de capital doméstico, do sector privado terão de suplantar as despesas do Governo como o principal impulsionador do crescimento económico. Esta mudança na estrutura da economia de Timor-Leste será facilitada tanto pelo Fundo das Infra-Estruturas como pelo Fundo do Desenvolvimento do Capital Humano.

A transição na estrutura da nossa economia também verá os serviços privados ultrapassar os serviços públicos, como uma parte do sector de serviços.

Estabelecendo metas económicas

A aplicação de modelos económicos tem sido levada em conta, no desenvolvimento do Plano Estratégico de Desenvolvimento, para identificar metas macroeconómicas credíveis e exequíveis, para o futuro crescimento e desenvolvimento económico de Timor-Leste. Os modelos mencionados usam dados económicos históricos de Timor-Leste, complementados por experiências de outros países com circunstâncias semelhantes.

No entanto, a previsão económica e a definição de metas, para períodos plurianuais e de multi-décadas, estão sempre sujeitas a incertezas e são vulneráveis a circunstâncias económicas externas, bem como a acontecimentos nacionais. Como tal, é impossível prever, com certeza, condições económicas futuras. Os governos têm de ser flexíveis e dar resposta a mudanças do ambiente económico global, bem como a acontecimentos e tendências nacionais. Assim, o cumprimento das metas do Plano Estratégico de Desenvolvimento não é garantido, no entanto, as metas não são irreais, dado o forte desempenho económico de Timor-Leste, ao longo dos últimos quatro anos, e as tendências dos indicadores na generalidade da economia global.

Os modelos económicos são também baseados em determinados pressupostos, sobre as futuras circunstâncias sociais e económicas, o que irá influenciar a precisão de metas futuras. Estas suposições incluem:

- Haverá, no sector público, uma gestão capaz de executar as despesas do orçamento de forma eficaz, com uma taxa de execução de pelo menos 95%.
- A eficiência da despesa do sector público e privado vai melhorar, o que se reflectirá numa melhoria do índice de capital investido (ICORs – Incremental Capital Output Ratios) para ambos os sectores.
- As taxas de inflação permanecerão bem abaixo dos dois dígitos e na faixa dos 4% a 6% a longo prazo.
- A receita fiscal vai continuar a aumentar, devido ao aumento do investimento no sector privado e melhorias nas infra-estruturas básicas, produtividade e eficiência de todos os sectores da economia.
- As despesas correntes, inclusive sobre os salários do serviço público, serão prudentes.
- O desenvolvimento extensivo dos recursos humanos irá ocorrer em todos os principais sectores industriais.

Despesa Pública

O pressuposto principal da aplicação dos modelos, refere-se aos níveis de despesa pública e ao aumento dos gastos previstos para as áreas da educação, saúde, segurança alimentar, habitação e infra-estruturas básicas em todo o território nacional. Os níveis da despesa previstos, de acordo com as receitas alvo, são estabelecidos na tabela 11.

Tabela 11 **Metas para as Receitas e Despesas, de 2010 a 2030 ($ milhões)**

COMPONENTES	2010	2015	2020	2025	2030	Total 2011-2030
TOTAL RECEITAS	907.4	1,376.1	1,356.3	1,445.5	1,754.0	28,138.5
Receitas Domésticas Não Petrolíferas	96.4	163.7	324.4	594.0	1,072.4	8,606.1
Levantamentos do Fundo do Petróleo	811.0	1,212.4	1,031.9	851.5	681.6	19,532.4
TOTAL DESPESAS	758.2	1,375.7	1,355.9	1,446.5	1,753.6	28,138.5

Nota: O levantamento extra, de 149 milhões de dólares americanos, do Fundo Petrolífero em 2010 foi acumulado, como parte do Fundo das Infra-Estruturas no Orçamento do Estado para 2011]

Fonte: Direcção Nacional de Macroeconomia, com excepção dos valores referentes a 2010 que são da Direcção Nacional do Tesouro - Ministério das Finanças, 2011

A Tabela 11 mostra metas para as receitas não petrolíferas entre, 2010 e 2030 (a figura de 2010 é actual), com base na recuperação de uma percentagem conservadora da economia de Timor-Leste em crescimento. O Governo segue um cenário de antecipação, em que levantamentos superiores ao RSE são inicialmente mais altos, caindo para zero à medida que as receitas não petrolíferas e o investimento do sector privado aumentam. De acordo com este cenário, o saldo do Fundo Petrolífero, em 2020, será de 18,3 mil milhões de dólares e de 22,9 mil milhões de dólares em 2030. O RSE em 2030 será de 681,6 milhões de dólares (calculado tendo em conta os levantamentos anteriores acima do RSE).

No entanto, note-se que o Plano Estratégico de Desenvolvimento não é um documento de orçamento. Como observado no Plano de Desenvolvimento Nacional de 2002: "um plano que é forçado a ser um orçamento não é um plano, mas um processo de dotação". O plano não compromete futuros Governos e o Parlamento Nacional a uma dotação orçamental específica em determinado ano. O modelo, que foi tido em conta para o Plano Estratégico de Desenvolvimento, identifica o âmbito das despesas, necessárias nos próximos 20 anos, para atingir as nossas metas e produzir um crescimento económico forte, necessário para construir a nossa Nação. A tabela 11 mostra apenas a ordem dos gastos públicos necessários para estimular um crescimento económico de dois dígitos, durante a próxima década, e um cenário de crescimento moderado para a década seguinte. A diferença, com o cenário de alto crescimento, é o aumento da receita doméstica, que irá complementar os levantamentos do Fundo Petrolífero.

Fontes de receitas –petrolíferas e não petrolíferas

As principais fontes de receita de Timor-Leste são provenientes da nossa riqueza em recursos como petróleo e gás natural, assim como dos impostos e taxas do Estado:

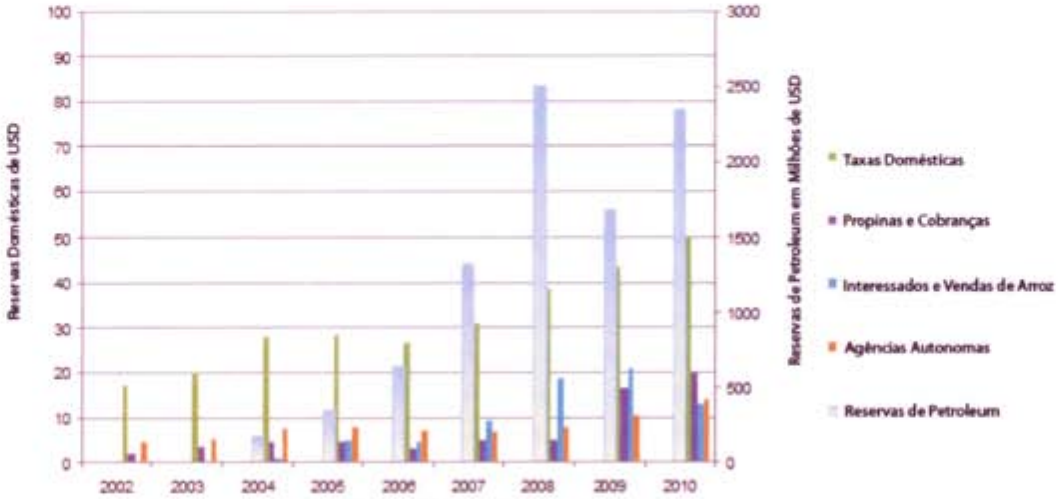
Receita de impostos – a base da tributação em Timor-Leste é actualmente pequena, em relação à contribuição do sector do petróleo e gás. No entanto, com a expansão da economia e do sector privado, os impostos e outras formas de receita doméstica vão continuar a crescer e a contribuir mais para o financiamento público. Com o desenvolvimento da economia, prevê-se que a base tributária se afastará da concentração actual em receitas alfandegárias e do comércio, para se concentrar mais na contribuição dos impostos sobre o rendimento e ganhos de capital. Isto permitirá que a reforma tributária seja realizada, para alargar a base de tributação e aumentar as receitas do Estado.

Receitas domésticas não tributárias

Fontes de receitas domésticas não fiscais incluem rendimentos provenientes dos organismos autónomos, tais como a Electricidade de Timor-Leste (EDTL). Prevê-se que esta fonte de receita aumente, à medida que o Estado considera o estabelecimento de autoridades legais para gerir instituições ou empresas do Estado numa base mais comercial (ver Capítulo 5 – Quadro Institucional. Gestão e Boa Governação do Sector Público. Outras receitas domésticas não tributárias incluem itens como os rendimentos provenientes da venda de arroz.

A figura 31 apresenta a composição das receitas do Estado em anos anteriores, ilustrando a forte dependência actual em receitas de petróleo.

Figura 31 **Receitas do Estado (incluindo petróleo e gás)**

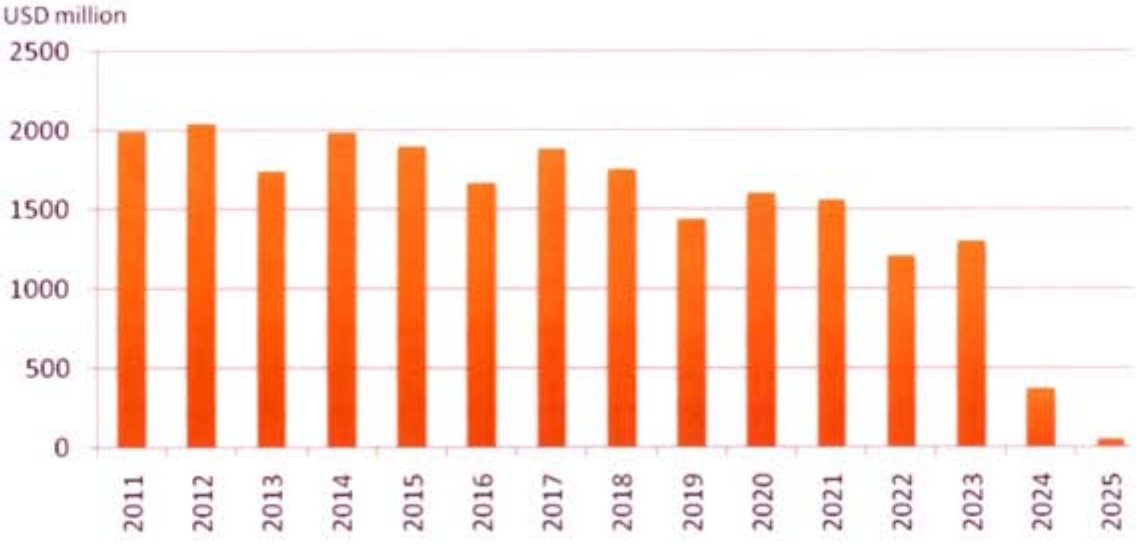


Fonte: processado a partir do Orçamento Geral do Estado de Timor-Leste para 2010

Receitas do Petróleo e Gás

O principal campo de petróleo de Timor-Leste é o Bayu-Undan na Área Conjunta de Desenvolvimento Petrolífero (ACDP), que continuará a ser uma fonte de receita até 2025. Um campo adicional, Kitan, contém cerca de 34,5 milhões de barris de petróleo e irá começar a gerar receitas em 2011, prevendo-se que este campo se esgote em 2017. A receita projectada de Bayu-Undan e Kitan consta na figura 32.

Figure 32 **Projecção de receitas provenientes de Bayu-Undan e Kitan**

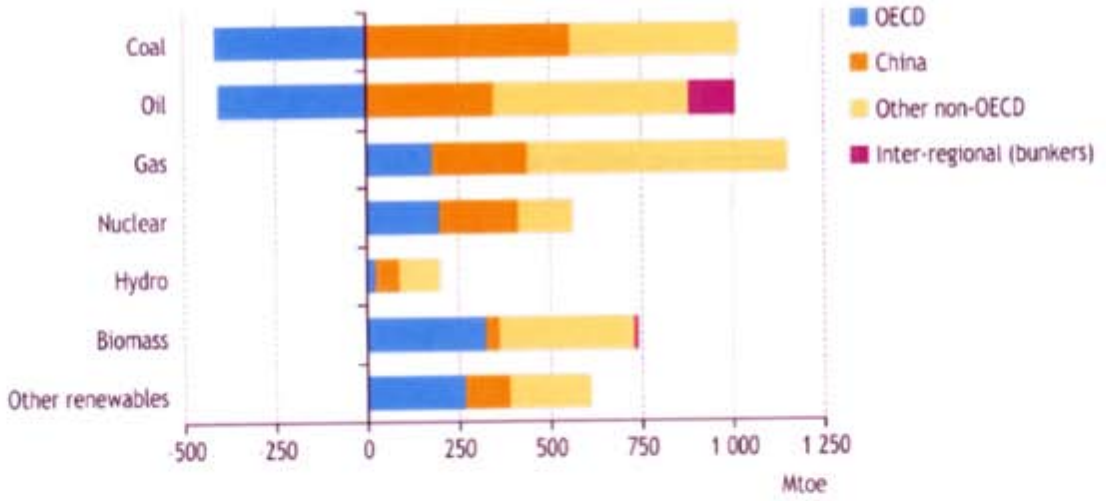


Fonte: Direcção Nacional do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças

O campo de petróleo e gás, *Greater Sunrise* contribuirá significativamente com futuros retornos, quando começar a produzir, e existe também o potencial para a descoberta de recursos naturais futuros. O desenvolvimento do *Greater Sunrise* e de potenciais campos adicionais, irá conduzir o desenvolvimento económico do litoral sul.

Os modelos utilizados, para o Plano Estratégico de Desenvolvimento, assumem que uma indústria "downstream" de derivados de petróleo, incluindo o GPL (Gás de Petróleo Liquefeito), petroquímicas, refinarias, fertilizantes e outros sectores petrolíferos irão adicionar 2,5 mil milhões de dólares por ano à economia doméstica.

Os retornos dos recursos petrolíferos de Timor-Leste são afectados pelos preços mundiais do petróleo. Como preços futuros do petróleo são extremamente difíceis de prever, é quase impossível determinar com um grau elevado de precisão, qual a futura receita do nosso Fundo Petrolífero. Embora as nossas projecções das receitas petrolíferas sejam conservadoras, existe uma possibilidade de longos períodos de preços altos do petróleo, ao longo das próximas duas décadas, o que aumentaria substancialmente receitas petrolíferas e a nossa capacidade orçamental. Períodos de preços elevados de petróleo serão conduzidos, em parte, pela crescente procura das economias emergentes do mundo, como reflectido na figura 33.



Fonte: Agência Internacional de Energia: World Energy Outlook 2010. Adaptado a partir de dados da Direcção Nacional do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, 2011

No futuro, num cenário de baixa produção, está previsto que se extraia do campo de *Bayu-Undan* mais 624 milhões de barris de petróleo, com os níveis de produção a diminuir gradualmente antes de se esgotar em 2025. Com o campo *Kitan* também próximo de iniciar a produção na segunda parte de 2011, as receitas do sector do petróleo são estimadas em 1,99 mil milhões de dólares em 2011 e 2,04 mil milhões de dólares em 2012. Em 2015 e 2020, projecta-se que as receitas sejam de 1,90 mil milhões de dólares e 1,60 mil milhões de dólares, respectivamente. Em estimativas conservadoras, a receita total projectada para a restante vida de *Bayu Undan* e *Kitan* é de 22 mil milhões de dólares. O campo do *Greater Sunrise* e outros potenciais descobertas, no futuro, aumentarão substancialmente as nossas estimativas das receitas do petróleo para as próximas duas décadas.

Subvenções e empréstimos

Para financiar as despesas do Estado, e projectos de infra-estruturas em particular, serão considerados empréstimos concessionais. Estes poderão oferecer opções favoráveis de financiamento público, para apoiar programas de infra-estruturas, tais como a reabilitação de estradas e pontes.

No futuro – à medida que o sector financeiro se desenvolve e a nossa economia se expande - a emissão de dívida pública também poderá ser considerada, como uma fonte de financiamento alternativa.

Financiamento privado

Um outro mecanismo de financiamento a ser explorado, para financiar o programa de infra-estruturas do Plano Estratégico de Desenvolvimento, é o das Parcerias Público-Privadas. Num acordo de Parcerias Público-Privadas, não existe recurso imediato ao erário público, pois o financiamento das infra-estruturas é providenciado pelo sector privado. No entanto, é normalmente necessário que o sector público efectue pagamentos regulares e periódicos ao investidor privado. Os pagamentos ocorrem, quando as infra-estruturas estão construídas e a operar, em conformidade com as condições especificadas no contrato de Parceria Público-Privada.

Qualquer Parceria Público-Privada deve proporcionar uma melhor relação qualidade / preço, para os projectos, do que se fosse o Estado a fazer. Em alguns casos, as infra-estruturas e os serviços de infra-estruturas prestados pelo sector privado podem ser mais eficientes, quando os ganhos, na eficiência e na gestão especializada, superam os custos mais elevados de financiamento incorridos pelo investidor privado. As Parcerias Público-Privadas também permitirão a expansão do sector privado em Timor-Leste e poderão ser considerados para projectos tais como o desenvolvimento de portos e aeroportos.

Despesas dos parceiros de desenvolvimento

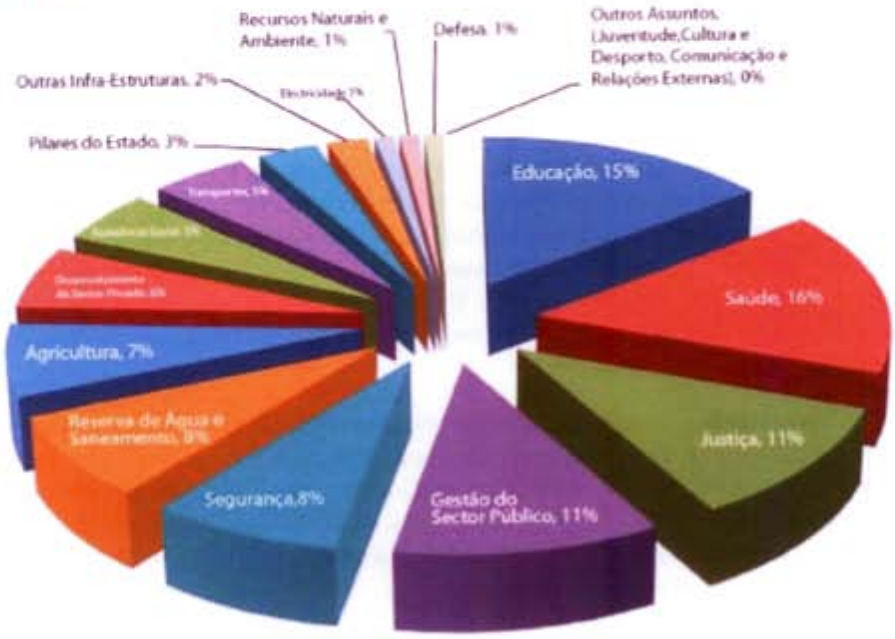
Timor-Leste tem a sorte de poder contar com uma grande quantidade de parceiros de desenvolvimento generosos, que também irão prestar apoio e assistência financeira, para nos ajudar a atingir os nossos objectivos de desenvolvimento. Essa assistência é prestada em todos as áreas do Governo e é uma contribuição significativa para a nossa Nação. A distribuição da assistência para desenvolvimento dos ministérios e organismos do Estado está ilustrada na figura 34.

Figure 34 Afectação do Fundo dos Parceiros de Desenvolvimento em 2010

Fonte: Ministério das Finanças de Timor-Leste, 2010

Em 2010, essa assistência foi dirigida principalmente a seis áreas: saúde - 40 milhões de dólares (16%), educação - 38 milhões de dólares (15%), justiça - 28 milhões de dólares (11%), gestão do sector público - 27,4 milhões de dólares (11%), água e saneamento - 21,2 milhões de dólares (8%) e segurança - 21,0 milhões de dólares (8%). Esta distribuição está ilustrada na figura 35.

Figura 35 **Figura 35 -Afectação dos Fundos por sector, em 2010**



Fonte: Ministério das Finanças de Timor-Leste, 2010

Metas de crescimento económico

O modelo macroeconómico, adoptado na elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento, é baseado nos pressupostos acima referidos, bem como na expectativa (especialmente no que se refere à segunda década) de que a proporção de gastos do Governo diminui, à medida que se expande a actividade do sector privado.

O modelo referido também assume que a produtividade, do sector agrícola em Timor-Leste, irá aumentar; que haverá um crescimento das indústrias e fabrico de pequena escala; e que haverá mais investimento privado no sector do petróleo e gás, em resposta às medidas tomadas através dos Plano Estratégico de Desenvolvimento. Nestas circunstâncias, o modelo define uma meta de crescimento médio anual, em termos reais, de 11,3% para 2020 e de 8,3% para 2030. As metas de crescimento para 2030 constam da figura 36.

Figura 36 Crescimento do PIB real não petrolífero (2002-2010) e metas para 2011-2030 (percentagem)

Fonte: Direcção Nacional de Macroeconomia, Ministério das Finanças, 2011

O modelo, para o cenário de crescimento moderado, indica que uma meta pode ser definida, para um aumento do rendimento *per capita* (incluindo receitas do petróleo) a partir de 2,560 milhões de dólares, em 2010, para cerca de 6,330 milhões de dólares, em 2030, o que significa um aumento médio de 4,8% ao ano.[3] Excluindo as receitas petrolíferas, o PIB não-petrolífero *per capita* poderia ser direccionado para aumentar de 610 dólares, em 2010, para 2,030 de dólares, em 2020, e para 5,690 de dólares, em 2030. Este nível de rendimento colocaria Timor-Leste entre a categoria dos países de rendimento médio-baixo em 2014, e na categoria dos países de rendimento médio-alto no ano 2025 e seguintes.

O modelo de cenário, alternativo produz um resultado de crescimento alto, com um crescimento médio anual de 11,2%, para a segunda década do Plano Estratégico de Desenvolvimento. Este cenário de crescimento alto assume uma proporção maior de investimentos do sector privado e de aumento da produtividade. De acordo com este cenário, o PIB não-petrolífero *per capita* seria direccionado para aumentar de 610 de dólares em 2010 para 7,880 de dólares em 2030.

Tendo por base princípios conservadores, o modelo financeiro não incluí as receitas do *Greater Sunrise*. No entanto, quando este campo começar a produzir, irá fornecer uma maior flexibilidade orçamental e reduzir significativamente a necessidade de levantamentos do Fundo Petrolífero acima do RSE.

Ambos os cenários de crescimento alto e baixo têm em conta que o crescimento da produtividade da força de trabalho em Timor-Leste não será o ideal, no futuro próximo, devido principalmente ao baixo nível de habilitações, educação e experiência da nossa mão-de-obra. Com atenção acentuada no desenvolvimento dos recursos humanos adoptado pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento (ver Capítulo 2 - Educação e Formação), projecta-se que a produtividade média por trabalhador aumente ao longo do tempo.

Prevê-se que qualquer crescimento moderado da economia de Timor-Leste provoque mudanças na contribuição proporcional dos diferentes sectores para o crescimento económico. Ambos os cenários de baixo e alto crescimento económico apresentam um padrão semelhante que surge nas parcelas, de produção de cada sector principal, até 2030. A figura 37 mostra a mudança de direcção da estrutura da economia para os serviços do sector privado, afastando-se da agricultura e do sector público sob o cenário de menor crescimento.

3. Metas per capita são baseadas no perssuposto de que a taxa de crescimento populacional cai para 0.08 pontos percentuais por ano a partir de 2010.

Figura 37 **Metas de partilha de produção do PIB não petrolífero, em percentagem do PIB a preços de 2000**

Fonte: Modelo executado para o Plano Estratégico de Desenvolvimento

Metas para o emprego

Estas mudanças estruturais, na nossa economia, também irão fornecer oportunidades de emprego para o nosso povo. No espaço de uma década, a nossa força de trabalho aumentou em 35%, de 300,000 pessoas em 2001 para 405,000 pessoas em 2010. No entanto, enquanto se estima que, cerca de 12,000 a 15,000 novos candidatos a emprego, ingressam na força de trabalho anualmente, o sector privado actualmente oferece poucas oportunidades de emprego para essas pessoas que procuram emprego, a maioria dos quais são jovens. Além disso, a grande maioria dos Timorenses estão actualmente empregados em empregos de baixa produtividade na agricultura de subsistência.

À medida que a nossa economia muda e se desloca para sectores agrícola e de serviços do sector privado mais produtivos - e o investimento no nosso sistema de educação e formação constrói uma força de trabalho mais qualificada - o povo Timorense irá contribuir de maneira crescente para a nossa economia.

Em particular, está previsto que o crescimento do sector dos serviços crie oportunidades de emprego consideráveis para as mulheres. À medida que as economias se desenvolvem, o sector de serviços tende a expandir-se. Esta situação é ilustrada na tabela 12, que estabelece a taxa média de emprego no sector de serviços para países em diferentes etapas de desenvolvimento económico, acompanhada por projecções para a mistura do género no sector dos serviços em Timor-Leste até 2030.

Tabela 12 **Variedadede emprego no sector de serviços em vários países e da condição estimada em Timor-Leste**

Classificação	Variedade da % de emprego no sector de serviços						TIMOR-LESTE: emprego actual e futuro no sector de serviços
	Homens: % de homens MO**			Mulheres: % de mulheres MO**			
LIC*	3	–	60	0	–	65	2010: homens 16% - mulheres 17%
LMIC	20	–	60	15	–	70	2020: homens 30% - mulheres 40%
UMIC	40	–	65	40	–	100	2030: homens 50% - mulheres 70%
HIC	45	–	75	70	–	100	

* Países de rendimento baixo (LIC), países de rendimento médio baixo (LMIC), países de rendimento médio (UMIC) e países de rendimento alto (HIC)
** Mão-de-Obra
Fonte: Modelo criado para o Plano Estratégico de Desenvolvimento

No entanto, é esperado que a mistura de género seja mais equilibrada em relação ao emprego no sector industrial em crescimento, tal como estabelecido na tabela 13.

Tabela 13 **Variedade de emprego no sector da indústria em vários países e condição estimada em Timor-Leste**

Classificação	Variedade de % de emprego no sector da industria						TIMOR-LESTE: emprego actual e futuro no sector de serviços
	Homens: % de homens MO**			Mulheres: % de mulheres MO**			
LIC*	5%	–	5%	5%	–	15%	2010:homens 16% - mulheres 17%
LMIC	15%	–	15%	7.5%	–	30%	2020: homens 25% - mulheres 20%
UMIC	20%	–	20%	10%	–	25%	2030: homens 35% - mulheres 20%
HIC	25%	–	25%	7.5%	–	20%	

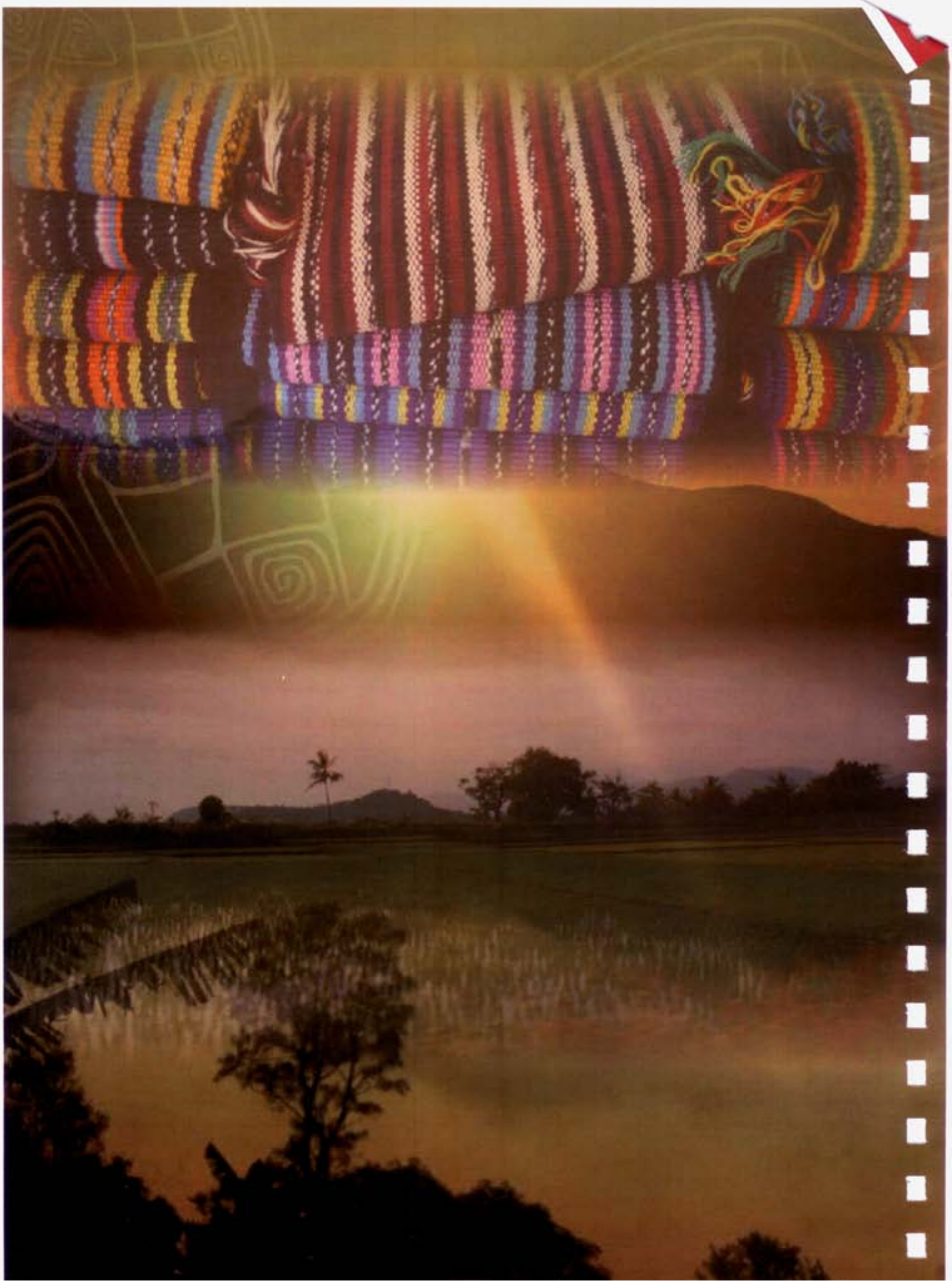
* Países de rendimento baixo (LIC), países de rendimento médio baixo (LMIC), países de rendimento médio (UMIC) e países de rendimento alto (HIC)
** Mão-de-Obra
Fonte: Modelo criado para o Plano Estratégico de Desenvolvimento

A experiência de outros países indica que o nível de emprego precário também diminui, à medida que os países se tornam mais fortes economicamente. Os trabalhadores em situação precária incluem os que trabalham por conta própria ou os que contribuem para as suas famílias e aqueles que não têm um salário mensal garantido e baixo nível de segurança no emprego. O Plano Estratégico de Desenvolvimento também prevê que o nível de emprego precário em Timor-Leste reduza dos níveis actuais de 78,5% para as mulheres e 65,9% para homens em 2020, para 40% em 2020 e 25% em 2030, para ambos os sexos.

Estas reduções substanciais no nível de empregos precários será uma importante contribuição para atingir a nossa visão de erradicar a pobreza extrema em Timor-Leste até 2030.

ORIENTAÇÕES MACROECONÓMICAS E O PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO

O Plano Estratégico de Desenvolvimento irá influenciar a orientação geral da futura política fiscal e económica em Timor-Leste. Em particular, o plano inclui estratégias e acções destinadas a alcançar a nossa visão económica, e reestruturar e diversificar a nossa economia, conforme descrito na tabela 15.

Tabela 14 **Apoio do Plano Estratégico de Desenvolvimento para as orientações macroeconómicas**

VISÃO ECONÓMICA EM 2030	CAPÍTULO DO PED	ÁREA DE ACÇÃO
Investimento em infra-estruturas básicas	Capítulo 3 – Desenvolvimento de Infra-estruturas	Estradas e pontes Água e saneamento Electricidade Telecomunicações
Bloqueios removidos	Capítulo 3 – Desenvolvimento de Infra-estruturas	Portos marítimos Aeroportos
Penetração de banda larga	Capítulo 3 – Desenvolvimento de Infra-estruturas	Telecomunicações
Economia de mercado e sector privado forte	Capítulo 4 – Desenvolvimento da Economia	Telecomunicações
Reforma do sector agrícola	Capítulo 4 – Desenvolvimento económico	Desenvolvimento rural Agricultura
Auto-suficiência alimentar	Capítulo 4 – Desenvolvimento económico	Agricultura
Indústria de base apoiada pelo sector petrolífero	Capítulo 2 – Capital Social Parte 4 – Desenvolvimento Económico	Petróleo
Indústrias pequenas	Capítulo 2 – Capital Social	Cultura e Património Direcções da política económica
Pequenos e micro negócios	Capítulo 4 – Desenvolvimento económico	Agricultura Direcções da política económica
Sector do turismo próspero	Capítulo 4 – Desenvolvimento económico	Turismo
Mão-de-obra educada e com habilitações	Capítulo 2 – Capital social	Educação e Formação